

2 Estudos de gêneros

Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso. (Bakhtin, 2003, p. 262)

Neste capítulo, será discutida a noção de gênero discursivo, com a intenção de esclarecer algumas escolhas metodológicas e de prover as bases conceituais da presente pesquisa. Discutir-se-ão alguns pontos sensíveis quando tratamos de estudos de gênero e algumas definições-chave para a compreensão do caminho empreendido neste trabalho. Para tanto, tratar-se-á brevemente, de início, de nossa posição no atual contexto dos estudos de gênero discursivo.

Em guisa a focalizar um pouco a noção de gênero discursivo e também a delimitar suas correntes de estudo, abre-se espaço, logo de início, para esta demarcação, pois como Bhatia (1996, p. 39-40) argumenta, uma das desvantagens da popularidade de um conceito é o aumento de variações, interpretações e orientações que o conceito passa a ter.

Diferentemente da classificação de perspectivas teóricas amplamente conhecida (Hyon, 1996), que considera como as três principais correntes do estudo de gêneros: a) ESP (*English for Specific Purposes* – Inglês para Fins Específicos), b) Nova Retórica Norte-americana, c) Linguística Sistêmico-funcional Australiana (Sydney School); alinhamo-nos às categorizações propostas em Meurer *et al.* (2005): a) Sociossemiótica, b) Sociorretórica, c) Sociodiscursiva, por considerá-las mais adequadas.

As classificações de pesquisas baseiam-se nas sobreposições e nos cruzamentos existentes entre os mais diversos trabalhos. Como as pesquisas apresentam intersecções em diferentes pontos com determinadas outras, é a convergência evidenciada o fator que define as classificações. Grande parte da pesquisa de John Swales, por exemplo, está relacionada com o ambiente acadêmico, o que o faria ser enquadrado, segundo a primeira proposta, no grupo

de ESP. Por outro lado, sua pesquisa tem como alguns de seus reconhecidos expoentes os conceitos de propósito e evento comunicativos, o que o encaixaria, de acordo com a segunda perspectiva, na corrente sociorretórica.

Como se observa, não há classificação de maior ou menor mérito, tendo em vista que as categorizações pretendem atender, inclusive, aos novos olhares sobre as teorias, sendo a escolha por uma ou outra vinculada aos objetivos do estudo em andamento.

No caso da presente pesquisa, manifestam-se três interesses que guiaram a escolha da abordagem teórica: o levantamento das características organizacionais e constitutivas do gênero relato de caso, pautado por seu uso e sua função; o intento de observação, análise e compreensão dos hábitos, das práticas sociais da comunidade discursiva em questão e suas implicações extradiscursivas; e a utilização da análise para fins pedagógicos, para produção textual acadêmica e científica. Dessa maneira, considera-se a abordagem sociorretórica como a mais próxima da linha desta pesquisa, o que é ainda mais bem explicado a partir do desenvolvimento, a seguir, de alguns conceitos-chave dessa abordagem.

Esta perspectiva envolve estudiosos cujas pesquisas são influenciadas pela retomada da retórica de Chaïm Perelman, pela teoria do texto e pela perspectiva etnográfica acerca do discurso (Meurer *et al.*, 2005, p. 9), dentre os quais se ressaltam John Swales, Carolyn Miller e Charles Bazerman, que convergem no entendimento de gênero como ação social e também na influência das ponderações de Bakhtin sobre a relativa estabilidade do gênero.

É pela demarcação da abordagem sociorretórica e pela influência de conceitos bakhtinianos, que se opta pela nomenclatura “gênero discursivo” e não “gênero textual”, como optam alguns autores, como Marcuschi (2005) e Koch (2006), o que não significa que estes desprezem os aspectos discursivos. Marcuschi, apesar de optar pelo termo “gênero textual”, evidencia o caráter discursivo do termo ao defini-lo como atividade sociodiscursiva (2005, p. 29).

É interessante ainda, lembrar-se de que independentemente do olhar que se lança sobre o gênero, há como denominador comum entre as diversas abordagens os aspectos de convencionalização e institucionalização da construção dos gêneros discursivos (Bhatia, 1996, p. 48).

Para dar conta da perspectiva sociorretórica, e tornar possível a visualização do modo como o gênero e seus elementos constituintes serão aqui entendidos,

lança-se mão de Swales, Miller e Bazerman acompanhados por suas principais contribuições aos estudos de gêneros. Propósito e evento comunicativos, comunidade discursiva, modelo CARS (*Create a Research Space*) de análise, comunidade retórica, prática social, estabilidade e tipificação são alguns dos fios-guia deste capítulo.

2.1. Abordagem sociorretórica

(...) o que aprendemos ao estudar um gênero não é apenas um padrão de formas nem um método de atingir nossos próprios objetivos. Aprendemos, sobretudo, quais objetivos podemos ter (...). Aprendemos a entender melhor as situações em que nos encontramos e as possibilidades de fracasso ou sucesso ao agirmos juntos. Como uma ação recorrente, relevante, o gênero abarca um aspecto da racionalidade cultural. Para o crítico, gêneros servem tanto como um índice de padrões culturais quanto como ferramentas para explorar as realizações de alguns falantes ou escritores em particular; para o estudante, os gêneros servem como chaves para compreender-se como participar das ações de uma comunidade. (Miller, 1984, p. 165)¹

Ao se pensar sobre o tratamento sociorretórico dos gêneros, é preciso, a fim de compreendê-lo melhor, voltar a dois pontos pretéritos que influenciaram sobremaneira esta corrente. Consoante à Carvalho (2005, p. 130-131), considera-se necessário destacar alguns influenciadores decisivos no caráter da abordagem, como os trabalhos e as ponderações da Nova Retórica, da qual resgatamos Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958), e de Bakhtin (2003, originalmente publicado em russo em 1979).

Por que é relevante tratar de estudos de décadas atrás para compreender essa perspectiva relativamente atual? Eis algumas relações extremamente interessantes, que demonstram que a abordagem vale-se de algumas ponderações realizadas anteriormente nesses estudos.

¹ (...) what we learn when we learn a genre is not just a pattern of forms or even a method of achieving our own ends. We learn, more importantly, what ends we may have (...). We learn to understand better the situations in which we find ourselves and the potentials for failure and success in acting together. As a recurrent, significant action, a genre embodies an aspect of cultural rationality. For the critic, genres can serve both as an index to cultural patterns and as tools for exploring the achievements of particular speakers and writers; for the student, genres serve as keys to understanding how to participate in the actions of a community. (Miller, 1984, p.165)

Voltando primeiro à data mais remota, vislumbra-se a revitalização dos estudos retóricos com a publicação de *Traité de l'argumentation* (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1958). No tratado, os autores já postulavam a necessidade de adaptarem-se as estratégias discursivas para o convencimento do público (audiência), ou seja, destacava-se a preocupação do produtor/emissor/falante/escritor em condicionar seu discurso de acordo com aquele a quem deveria convencer, focalizando não apenas as artimanhas da língua, mas sim, relacionando o artefato linguístico com domínios extralinguísticos, como os valores culturais e sociais, as crenças da audiência, gerando o convencimento a partir da convergência entre linguístico e extralinguístico. A atenção dada à engrenagem composta traz à tona a noção de contexto (e todos seus entrelaçamentos culturais e sociais), referindo-se aos citados domínios extralinguísticos, e a ideia de objetivo ou propósito comunicativo (como retomaria posteriormente Swales), ao se pensar na persuasão baseada na adaptação ao público. O efeito das considerações de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958), refletido também nos estudos sociorretóricos, está justamente na ampliação do campo de visão do produtor/emissor, que tira o microscópio do texto e passa a observar também o social, tecendo estratégias textuais/discursivas entremeadas pelo social.

Ao retomar o conhecido trabalho de Bakhtin (2003) sobre gêneros do discurso, ater-nos-emos a três pontos de sua teoria. O primeiro deles é o enunciado. Ao escolher como eixo central de análise o enunciado (unidade da comunicação discursiva) em detrimento à oração (unidade da língua), o pesquisador russo gera uma imensa reação em cadeia, manifestando a importância da interação, pois os enunciados são delimitados pelo enunciado de outro e delineados pelo contexto, sendo o enunciado necessariamente composto por uma interface textual/linguística e outra social. Ademais, em contrapartida à oração, definida predominantemente por traços linguísticos, formais, a unidade escolhida, o enunciado, é endereçada a alguém e tem um propósito, como se observa no trecho em que se inicia a distinção entre os dois termos.

O contexto da oração é o contexto da fala do mesmo sujeito do discurso (falante); a oração não se correlaciona de imediato nem pessoalmente com o contexto extraverbal da realidade (a situação, o ambiente, a pré-história) nem com as enunciações de outros falantes, mas tão somente através de todo o contexto que a rodeia, isto é, através do enunciado em seu conjunto. (Bakhtin, 2003, p. 277)

O segundo ponto a ser levantado sobre a teoria bakhtiniana é o posicionamento sobre a relativa estabilidade do gênero. A ruptura de uma total estabilidade abarca o fator social do gênero (impossível de ser concebido ao se considerar gênero como um conceito estático) que o transforma, o adapta às novas necessidades, aos novos meios, aos novos suportes. A partir da relativa estabilidade do gênero postulada por Bakhtin torna-se possível a concepção de gênero como ação social tipificada proposta por Miller e Bazerman.

O terceiro aspecto salientado é a proposição dos chamados gêneros primários (simples) e dos gêneros secundários (complexos), que prenuncia duas características primordiais dos estudos da corrente sociorretórica: 1) a díade não só abrange os tradicionalmente conhecidos gêneros literários como também abre espaço a diversos outros gêneros que “surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente escrito)” (Bakhtin, 2003, p. 263), passando a englobar também os artigos de pesquisa, acadêmicos, científicos, além do objeto deste estudo: o relato de caso; 2) discute-se, ainda, que os gêneros primários, ao serem assimilados pelos gêneros secundários, não deixam de existir, mas sim auxiliam na constituição de novos gêneros, consideração extremamente pertinente quando se discute se a incorporação de novas mídias e adequações de gêneros de origem secular gera novos gêneros ou atualiza e incorpora a dinamicidade dos antigos.

Após este breve panorama de algumas das inspirações teóricas da abordagem sociorretórica, três eminentes pesquisadores cujas proposições alinham-se a essa abordagem serão apresentados e contextualizados com suas principais contribuições aos estudos de gêneros: John Swales, Carolyn Miller e Charles Bazerman.

2.1.1.

Swales, propósito comunicativo, comunidade discursiva e o modelo CARS de análise

O trabalho de John M. Swales para o ensino de inglês para fins específicos é bastante conhecido entre os estudiosos desta área de pesquisa, sendo o foco de sua investigação o discurso escrito em contextos acadêmicos e profissionais. Dentre suas principais colaborações para o estudo de gêneros estão os conceitos de propósito comunicativo, comunidade discursiva e o modelo analítico *Create a*

Research Space (CARS), inicialmente elaborado a partir da análise de um *corpus* composto por introduções de artigos de pesquisa. As três acepções serão esmiuçadas separadamente nesta macroseção, tratando-se do modelo CARS e de suas atualizações de maneira mais detalhada, por ser este o modelo base para a análise realizada na presente pesquisa.

Discorrer-se-á primeiramente sobre o propósito comunicativo, juntamente com a proposição de gêneros discursivos feita por Swales.

2.1.1.1.

A concepção de gênero discursivo e propósito comunicativo

Em *Genre analysis: English in academic and research settings*, texto seminal de 1990, Swales caracteriza e define gêneros e comunidade discursiva, além de lançar o já referido modelo CARS.

Por ir de encontro ao entendimento de gênero apenas como um modelo textual, Swales ressalta a importância do contexto para o reconhecimento e a análise dos gêneros, posto que as unidades linguísticas por si sós não satisfazem a compreensão de um texto, não dão conta de seu reconhecimento nem bastam para a boa performance comunicativa. Assim, a noção de contexto é fundamental para o curso desta conceituação, apesar de não ser bem definida pelo autor, como o próprio esclarece em artigo de 2001 (Askehave e Swales, 2001, p. 208), ao recorrer a Van Dijk em sua justificativa para a não definição de contexto: “não há um limite *a priori* para o escopo e o nível do que pode ser considerado como contexto relevante”² (Van Dijk, 1997, p. 14). Dessa maneira, gênero é concebido como a confluência de diversos elementos linguísticos (morfológicos, sintáticos, discursivos) com o contexto, em uma situação de uso, empírica, de linguagem.

Partindo do pressuposto de que a análise de gêneros é a pesquisa do procedimento, do comportamento linguístico situado, ou seja, em contextos específicos, Swales (1990) pauta sua elucubração sobre gênero em cinco características relacionadas que o identificam como tal: a noção de classe, o propósito comunicativo, a prototipicidade, a lógica implícita e a terminologia postulada pela comunidade discursiva.

² There is no a priori limit to scope and level of what counts as relevant context. (Van Dijk, 1997, p. 14).

Os gêneros são considerados classes de eventos comunicativos executados por meio de linguagem verbal, nos quais a linguagem tem papel indispensável, levando-se em consideração não apenas o discurso em si, como também os participantes, o papel, a função do discurso, o ambiente de produção e recepção, somados, ainda, às relações culturais e históricas possíveis. A noção de classe, então, é entendida como categorização, como agrupamento de exemplares textuais, discursivos, a partir de suas semelhanças formais e/ou contextuais.

É interessante lembrar a insistência de Swales ao considerar os gêneros como realizações de linguagem verbal, até por tratar em muitas de suas pesquisas do gênero acadêmico focalizando apenas o texto escrito. Neste ponto é preciso fazer um adendo à proposição de Swales, posto que trabalhos como o de Lemke (1998a, 1998b), Rowley-Jolivet (2000, 2002) e Miller (1998), por exemplo, ressaltam a importância de diferentes linguagens na composição de gêneros. Tal proposição leva-nos a compreender que os gêneros são eventos executados por meio de várias linguagens e não apenas pela linguagem verbal como Swales defendia em 1990.

O propósito comunicativo é tomado na obra de 1990 como primordial na caracterização do gênero, ao se acreditar que exemplares de um mesmo gênero deveriam ter em comum a realização de certos objetivos comunicativos, nomeados como propósitos comunicativos, que seriam a motivação principal da realização do evento comunicativo. Este posicionamento mostrou-se problemático, tendo, conseqüentemente, revisões posteriores (Askehave e Swales, 2001; Swales, 2004) nas quais se destacam o fato de o propósito nem sempre ser apreendido, por interesse do produtor do texto, que intencionalmente pode tecer o texto de modo que seu propósito não seja evidente, como observa Bhatia (1993), e a possibilidade de um texto ter mais de um propósito, dificultando seu reconhecimento, fazendo com que o propósito deixe de ser o critério principal de definição, apesar de ainda ser relevante no processo de análise. Na obra de 2001, em parceria com Askehave, Swales reconhece ser necessária a mudança teórica de uma “lista” ou um conjunto de propósitos comunicativos para uma acepção de propósitos mais complexa, em camadas (Askehave e Swales, 2001, p. 199).

A prototipicidade retoma a já referida noção de categorização. A partir do agrupamento de exemplares semelhantes sob o mesmo gênero, sobressaem-se os textos que atendem a um maior número de características típicas daquele gênero,

revelando-se como os exemplares mais evidentes e facilmente reconhecidos. Por tal notoriedade, são considerados protótipos, espécie de modelo do gênero.

A lógica implícita do gênero vincula-se estreitamente ao propósito comunicativo, uma vez que os gêneros são utilizados para a realização de propósitos comunicativos da comunidade discursiva. Para atender a esses propósitos há uma linha de pensamento, um raciocínio encadeado para o alcance de tal objetivo. É essa lógica que gera as convenções restritivas, as escolhas racionais sobre o conteúdo e a estrutura do texto, que findam por moldar uma produção que atende aos critérios de pertencimento ao gênero.

A última característica proposta remete à terminologia específica elaborada pela comunidade discursiva de onde o gênero advém. Mais uma vez, é notória a relação entre as características enumeradas. Para atingir suas metas, os membros da comunidade discursiva, a partir da lógica subjacente de convenções, nomeiam seus gêneros de acordo com as outras características, manifestando a partir desta escolha como os membros entendem as ações discursivas dos eventos comunicativos que compõem o gênero. A proposição revela-se delicada quando Swales (1990) indica que a mudança nos textos de dado gênero nem sempre se reflete em seu nome, ou seja, a nomenclatura muitas vezes não dá conta da dinamicidade das atividades discursivas realizadas por meio do gênero e que o mesmo gênero é identificado por diferentes nomes dentro da mesma comunidade.

É na imbricação das cinco características que se origina o conceito de gênero proposto pelo autor:

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros mais experientes da comunidade discursiva original, e assim constituem a lógica do gênero. Essa lógica subjacente delinea a estrutura esquemática do discurso, influencia e delimita a escolha de conteúdo e estilo. O propósito comunicativo é tanto um critério privilegiado quanto um que opera para manter o escopo de um gênero como aqui entendido, bastante focado em determinadas ações retóricas compatíveis com o gênero. Além do propósito, exemplares de um mesmo gênero exibem vários padrões de similaridade em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público-alvo. Se todas as expectativas mais prováveis são realizadas, o exemplar passará a ser visto como prototípico pela comunidade discursiva original. Os gêneros têm nomes herdados e produzidos pelas comunidades discursivas e importados por outras comunidades. Esses nomes

constituem uma comunicação etnográfica valiosa, mas costumam precisar de validação adicional. (Swales, 1990, p. 58)³

Desta confluência de características, a comunidade discursiva apresenta-se como um conceito basilar na teoria de gêneros proposta por Swales, já que todo gênero é propriedade de uma comunidade, é produzido e realizado para atender a fins específicos daquela comunidade, sendo ela, inclusive, quem nomeia o gênero que dela emergiu. Na próxima seção, tratar-se-á desse conceito.

2.1.1.2. Comunidade discursiva

Como se pode aferir a partir das proposições de Swales já apresentadas, os gêneros são produzidos por um grupo social para cumprir propósitos comunicativos inerentes a esse conjunto de pessoas, apresentando configurações típicas. Comunidade discursiva é definida pelo pesquisador como um construto sociorretórico, que não se delimita por fatores espaço-temporais, atuante com relação a objetivos próprios do grupo (Swales, 1988, p. 211-2).

Por ter-se em mente a relevância do conceito de comunidade discursiva para toda a proposição de Swales sobre gêneros discursivos, buscamos esclarecer ainda mais essa concepção, retomando a obra de 1988, na qual o autor aponta seis características das comunidades discursivas: 1) os membros compartilham certos objetivos, não necessariamente aparentes em uma visão superficial; 2) a existência de mecanismos participativos, como fóruns e correspondências; 3) como consequência dos dois pontos anteriores, a comunidade sobrevive a partir da troca de informação e *feedback*; 4) há expectativas discursivas desenvolvidas e que se desenvolvem na comunidade, responsáveis pela criação de gêneros que articulam os eventos e objetivos da comunidade; 5) como resultado, a comunidade tem uma

³ A genre comprises a class of communicative events, the members of which share some set of communicative purposes. These purposes are recognized by the expert members of the parent discourse community, and thereby constitute the rationale for the genre. This rationale shapes the schematic structure of the discourse and influences and constrains choice of content and style. Communicative purpose is both a privileged criterion and one that operates to keep the scope of a genre as here conceived narrowly focused on comparable rhetorical action. In addition to purpose, exemplars of a genre exhibit various patterns of similarity in terms of structure, style, content and intended audience. If all high probability expectations are realized, the exemplar will be viewed as prototypical by the parent discourse community. The genre names inherited and produced by discourse communities and imported by others constitute valuable ethnographic communication, but typically need further validation. (Swales, 1990, p. 58)

dinâmica intrínseca de terminologia e estruturas específicas, como jargões e siglas; 6) é constituída por um número razoável de membros com *expertise* discursiva e técnica sobre o conteúdo, assim, a troca entre veteranos e novatos é imprescindível para a sobrevivência da comunidade.

Ainda na mesma produção, Swales enumera algumas ponderações decorrentes da proposta: grupos que têm algumas características em comum não necessariamente constituem uma comunidade discursiva; os indivíduos pertencem a diferentes comunidades discursivas e o número de comunidades a que pertencem varia e, conseqüentemente, varia o número de gêneros que esse indivíduo domina; a comunidade pode ser bem-sucedida mesmo que o nível de relacionamento interpessoal seja baixo; as comunidades variam em seu desenvolvimento: algumas são extremamente conservadoras enquanto outras estão em constante evolução.

Em 1990, o conceito e suas características são apresentados novamente. Já nesta reflexão assumem-se algumas lacunas na teoria, como a dificuldade de mensuração do raio de alcance de uma comunidade discursiva, quais são suas fronteiras, por exemplo, no meio acadêmico: a instituição como um todo é uma comunidade discursiva ou cada departamento? Ou ainda cada especialidade dentro dos departamentos? Em face de vários questionamentos e críticas, foram imperativas algumas reformulações (Swales, 1992; 1998), nas quais se reconhecem as relações existentes entre as comunidades discursivas e as comunidades de fala, sua interação e mútua influência. Esse reconhecimento, aliado à hipótese de que os mecanismos participativos não servem apenas para a manutenção da comunidade, abre espaço para a formulação de uma comunidade discursiva não hermética e estagnada, mas sim dinâmica, que busca novos gêneros para dar conta de novos tópicos (Swales, 1992).

Em 1998, uma década após suas primeiras publicações sobre o termo, o linguista constata que o conceito inicial não atende às comunidades em fase embrionária, apenas legitima as já existentes, o que o conduz a propor a noção de comunidade discursiva de lugar, que remete a comunidades menores, compostas por indivíduos que regularmente trabalham juntos e que apesar de serem conscientes de seus objetivos, também são conscientes das possibilidades de mudança.

É interessante notar a importância que esta comunidade específica tem em contextos acadêmicos, científicos e profissionais, nos quais é evidente o vínculo intrínseco entre gênero e comunidade discursiva.

Como se observa, as releituras de Swales sobre suas próprias propostas são fundamentais, sendo responsáveis pela resolução de alguns dos antigos problemas teóricos. Essas revisões trazem à tona e possibilitam a existência do escopo da presente pesquisa: estudar a constituição e validação de um gênero relativamente novo em uma comunidade discursiva, vista agora como fluida e predisposta a atualizações e inovações.

2.1.1.3. O modelo CARS de análise

O modelo CARS (*Create a Research Space*) é uma das principais contribuições analítico-metodológicas de Swales, não pelo modelo fechado em si, mas por suas bases conceituais, que viabilizam sua adaptação para a análise de diferentes gêneros discursivos.

A primeira incursão de Swales em busca da delimitação de um modelo de análise foi realizada em 1981, sendo sua primeira revisão em 1990. O modelo proposto para a análise de introduções de artigos acadêmicos recebeu o nome de *Create a Research Space* (CARS), em função de uma aproximação pretendida pelo autor com a noção de ecossistema, sendo a nomenclatura proposta vinculada a uma metáfora ecológica, como descrito pelo próprio autor (Swales, 2004, p. 227).

No cerne do referido modelo está o conceito de movimento retórico, definido como “uma unidade discursiva ou retórica que realiza uma função comunicativa coerente em discurso oral ou escrito”⁴ (Swales, 2004, p. 228). Esse movimento retórico, por sua vez, para realizar uma função comunicativa, dispõe-se de subfunções ou passos (doravante neste trabalho referidas apenas como subfunções), entre opcionais e obrigatórias, cujas informações visam a contribuir para a realização do movimento maior. Dessa maneira, a organização das informações dentro de cada movimento retórico está associada às subfunções que se realizam dentro do movimento em questão.

A primeira versão do modelo CARS, de 1981, foi revisada na obra de 1990, levando-se em consideração as críticas feitas por outros estudiosos ao modelo. Neste modelo revisado, a metáfora ecológica também se evidencia na escolha dos nomes de cada movimento (estabelecer o território; estabelecer o nicho; ocupar o nicho).

O modelo CARS revisado constituía-se por três movimentos retóricos e onze subfunções, evidenciados no Quadro 1. O uso das conjunções **e/ou** na proposta evidencia se há obrigatoriedade ou não da subfunção, sendo o esforço retórico mostrado verticalmente, com o auxílio de setas em sentido decrescente.

Quadro 1. O modelo CARS para análise da introdução de artigos de pesquisa

	MOVIMENTO 1 - Estabelecer o território	
<i>Subfunção 1</i>	Estabelecer a relevância da pesquisa e/ou	↓ Reduzindo o esforço retórico
<i>Subfunção 2</i>	Realizar generalizações sobre o tópico e/ou	
<i>Subfunção 3</i>	Fazer uma revisão da literatura	
	MOVIMENTO 2 - Estabelecer o nicho	
<i>Subfunção 1A</i>	Contra-argumentar ou	↓ Enfraquecendo os possíveis questionamentos
<i>Subfunção 1B</i>	Indicar lacuna na área de conhecimento ou	
<i>Subfunção 1C</i>	Provocar questionamentos ou	
<i>Subfunção 1D</i>	Dar continuidade à tradição	
	MOVIMENTO 3 - Ocupar o nicho	
<i>Subfunção 1A</i>	Delinear os propósitos ou	↓ Maior explicitação
<i>Subfunção 1B</i>	Apresentar a pesquisa	
<i>Subfunção 2</i>	Apresentar os principais achados	
<i>Subfunção 3</i>	Indicar a estrutura do artigo de pesquisa	

O primeiro movimento diz respeito à delimitação da área de pesquisa e pode se realizar por meio de três subfunções, cujas informações indicam a importância da pesquisa, tentando chamar a atenção da comunidade discursiva da qual emerge e para quem se destina, introduzem o tópico por meio de generalizações e remetem a trabalhos já publicados na mesma área de conhecimento para se contextualizar o tópico. Como nem todas as subfunções deste movimento são obrigatórias (como se observa pelo uso da conjunção alternativa “ou” ao lado de algumas subfunções), nem todos os exemplares de introdução de artigo de

⁴ (...) is a discursal or rhetorical unit that performs a coherent communicative function in a written or spoken discourse. (Swales, 2004, p. 228)

pesquisa serão compostos com a organização retórica completa apresentada no quadro.

Já o movimento 2 destaca o vislumbre de um espaço existente dentro da área de conhecimento indicada no movimento 1, seja pela não existência de uma discussão sobre aquele determinado assunto ou pela escassez de pesquisas sob a perspectiva a que o artigo se propõe. Esse vislumbre é informado e discutido por meio de uma única subfunção, mas que pode se realizar de quatro maneiras diferentes, o que justifica a nomeação 1A, 1B, 1C e 1D, pois não se trata de subfunções diferentes, mas sim de quatro maneiras diferentes de realização. Segundo o autor (Swales, 2004, p. 230), a segunda opção (indicar lacuna na área de conhecimento) é a mais comum, e na reformulação proposta em 2004, as quatro opções de 1990 são reduzidas a duas (indicar lacuna na área de conhecimento ou contribuir ao conhecimento já estabelecido).

A partir do nicho, do espaço para novas considerações, descrito no movimento 2, o movimento 3 tenciona-se a “ocupar o nicho” que se descreveu no movimento 2. O movimento é composto por três subfunções, sendo a primeira obrigatória e podendo ser realizada de duas maneiras diferentes. As outras duas subfunções finais são opcionais.

O modelo analítico-metodológico baseado em movimentos retóricos proposto por Swales por meio do modelo CARS de análise de introduções de artigos de pesquisa influenciou a análise de diversas peças genéricas e gêneros discursivos por pesquisadores de todo o mundo, sendo alguns exemplos Rigueira, 2010 (resenhas de filmes); Ayers, 2008 (resumos ou pequenos textos que acompanham os artigos científicos); Bruce, 2008 (seção de métodos em artigos científicos); Ding, 2007 (cartas de apresentação pessoal em seleções acadêmicas); Kanoksilapatham, 2005 (artigos de bioquímica); Flowerdew e Dudley-Evans, 2002 (cartas do corpo editorial de periódicos aos autores durante o processo de avaliação de trabalhos); Samraj, 2002 (introduções de artigos científicos de diversas disciplinas); Bernardino, 2000 (depoimentos de alcoólicos anônimos); Biasi-Rodrigues, 1998 (resumos de dissertação de mestrado); Ngowu, 1997 (artigos de medicina); Motta-Roth, 1995 (resenhas de livros).

O modelo é adaptado às necessidades de diferentes gêneros e discutido em vários estudos, como a pesquisa da brasileira Motta-Roth (1995), na qual se trata da possibilidade de algumas subfunções realizarem-se em movimentos diferentes

do habitual e se reforça a noção de movimento retórico como unidade funcional e não formal, consoante à proposição de Swales (2004, p. 228-229). Como destacam Hemais e Biasi-Rodrigues (2005), o grande valor do modelo CARS reside na ponderação sobre a existência e a regularidade de movimentos retóricos que parecem estar comprovadamente nos textos.

O modelo CARS também serviu como fio-condutor metodológico para a análise realizada nesta pesquisa, reforçando a abrangência da aplicabilidade do modelo e sua grande produtividade.

2.1.2.

Miller, ação retórica tipificada e comunidade retórica

O pesquisador brasileiro Marcuschi inicia um de seus trabalhos sobre gêneros trazendo logo ao primeiro parágrafo a seguinte consideração sobre o assunto: “[os gêneros] são entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa” (Marcuschi, 2002, p. 19). Nesta breve citação é possível relacionar a ponderação de Marcuschi ao conceito de gênero desenvolvido por Carolyn Miller, que tem como ideias centrais a ação retórica e a repetição, a recorrência.

Miller, cujos estudos focalizam-se na retórica, na comunicação e em suas relações com tecnologia e ciência, serviu como base para muitos pesquisadores de gêneros sob a perspectiva socioretórica. Já em suas primeiras elucubrações sobre o assunto, o gênero é visto como “ação retórica tipificada” (Miller, 1984, p. 151).

Para compreender essa conceituação, são essenciais as noções de motivação, intenção e efeito, além de situação retórica, contexto e demandas situacionais, pois como defende, se os gêneros são ações, necessariamente envolvem situação e motivação, já que a ação humana é eminentemente motivada e só a partir dessa motivação as ações podem ser interpretadas. Justamente por isso, a definição de gênero não deve focalizar nem a forma nem a substância (termo utilizado pela autora para referir-se a conteúdo), mas sim a ação utilizada para realizá-lo.

Ao explicitar a tipificação sempre mencionada em seus estudos e aliá-la à concepção de gênero discursivo, a pesquisadora declara:

É por meio do processo de tipificação que criamos recorrência, analogias, similaridades. O que recorre não é uma situação material (um evento real, objetivo,

verdadeiro), mas nosso construto de um tipo. A situação tipificada, incluindo tipificações de participantes, sustenta a tipificação em retórica. A comunicação bem-sucedida requer que os participantes compartilhem tipos comuns; isso é possível na medida em que os tipos são socialmente criados (ou biologicamente inatos). (Miller, 1984, p. 157)⁵

Ou seja, se os gêneros abarcam um conjunto de textos produzidos socialmente, são necessárias algumas similaridades, algumas repetições para que a produção seja identificada por outros e posteriormente reconhecida como integrante de determinado grupo de gêneros. Os gêneros são, então, construídos e agrupados a partir de recorrências de produção social. A motivação, que inicialmente pode parecer individual, pode ser considerada como um propósito social convencionalizado pela recorrência, transfigurando-se em uma ação retórica tipificada. Pode-se citar como exemplo a origem do gênero artigo científico. Inicialmente concebido em formato de carta, tinha por principal função o compartilhamento de achados, descobertas e pontos de vista sobre a ciência. Esta motivação, aparentemente individual, mas em verdade decorrente de necessidades sociais, foi reproduzida incessantemente, tornando-se um propósito social, ainda presente no gênero apesar de sua “forma” ter sido alterada.

Destarte, a convencionalização propicia a mudança de práticas retóricas em ações sociais, construídas e mantidas socialmente, o que também explica a dinamicidade do gênero, que pode evoluir, involuir, emergir, ser modificado e ser extinto de acordo com as necessidades, as relações e a complexidade de comunicação e ações sociais. Miller considera cinco características identitárias dos gêneros: 1) são categorias convencionalizadas de discurso que se baseiam em ações retóricas tipificadas, adquirindo significado no contexto, na situação em que estão envolvidos; 2) só são passíveis de interpretação por intermédio das regras que os moderam; 3) são diferentes de forma, sendo uma associação entre substância e forma; 4) com a recorrência, constituem a vida cultural; 5) servem como mediação entre as intenções particulares e as exigências/motivações sociais, entremeiam privado e público, a idiosincrasia com o recorrente.

⁵ It is through the process of typification that we create recurrence, analogies, and similarities. What recurs is not a material situation (a real, objective, factual event) but our construal of a type. The typified situation, including typifications of participants, underlies typification in rhetoric. Successful communication would require that the participants share common types; this is possible insofar as types are socially created (or biologically innate). (Miller, 1984, p.157)

Dez anos após este primeiro trabalho, Miller (1994) volta a tratar do assunto, dialogando com a teoria de estruturação proposta por Giddens (1984) ao almejar compreender melhor a relação entre as ações particulares de cada indivíduo e o social, a cultura, a instituição, a maneira como os macroníveis contextualizam os microníveis (Miller, 1994, p. 70). A referida teoria descreve como as relações e os sistemas sociais são produzidos, reproduzidos e estruturados em interações sociais ao longo do espaço e do tempo; e considera que as estruturas são constituídas por regras que concretizam a manutenção e a consolidação dos sistemas a partir da recorrência quase que natural delas. Giddens, ao reconhecer que os atores são sociais, evidencia que as estruturas são fluidas, sendo continuamente recriadas (Giddens, 1984, p. 2). Miller considera o gênero como mediador entre o privado e o público, o indivíduo e a comunidade, alinhando-se à noção de estrutura proposta pelo sociólogo, já que o gênero apresenta caráter estruturador por essa mediação.

Dessa dualidade, entre indivíduo e sociedade, emerge outro conceito fundamental de sua teoria, o de comunidade retórica, ladeando-se a Swales na convicção de que os gêneros pertencem a comunidades e não a indivíduos e de que o termo comunidade de fala não supre as necessidades de uma perspectiva sociorretórica. A noção de comunidade retórica, segundo Miller, não é perceptível por questões geográficas ou temporais, mas apenas no nível do discurso, sendo representada e desenvolvida por meio do discurso. É constituída pela interação, por ações retóricas, existe na memória humana e é transliterada, concretizada por meio da linguagem (Miller, 1994, p. 73).

Miller inspira Swales e também se inspira por ele, o que deixa transparecer a relação existente entre as duas pesquisas que, além de alinharem-se, complementam-se. Também filiados à noção de gênero como ação social estão os estudos de Charles Bazerman, como observaremos na próxima seção.

2.1.3. Bazerman e tipificação

Bazerman, assim como Miller, entende gênero como ação social tipificada, mas sua abordagem é um pouco mais voltada para o aspecto linguístico. Seu foco está nas regularidades, nas propriedades das situações recorrentes, nas intenções e

na recorrência na forma e no conteúdo das comunicações, sob o ponto de vista dos usuários da língua. Para elaboração de sua noção de tipificação, o pesquisador recorre aos conceitos de fato social e de atos de fala (Bazerman, 2004).

Os fatos sociais referem-se ao que se acredita ser verdadeiro, construído por meio da linguagem. Estes fatos, por sua vez, acometem as opções discursivas do falante/produzidor, assim como a força desses enunciados. O fato social advém de uma crença na legitimidade desse fato e de seu compartilhamento. Ao ler um edital de concurso, os candidatos observam os pré-requisitos estipulados pela instituição. Caso o candidato não possua comprovante de determinado curso feito anteriormente (apesar de tê-lo feito integralmente), liste-o em sua inscrição e o edital exigir tal comprovante, significa que o candidato e a instituição não compartilham o curso como um fato social, por ser verdadeiro para o candidato, mas não para instituição. Cada vez que o fato social é repetido ou remetido, ele se autoalimenta e se legitima. É pertinente distinguir uma das ponderações de Bazerman sobre os fatos sociais: muitos deles dependem de atos de fala, de formulações verbais adequadas e apropriadas (Bazerman, 2004, p. 25), evidenciando-se, assim, a relação entre fatos sociais, tipificação e gêneros discursivos.

Os atos de fala reportam-se às postulações de John Austin e John Searle, que consideram que as palavras não só significam como também são capazes de realizações, de fazer coisas. Os atos de fala são sentenças que possuem condições de verdade, considerados como unidades básicas de significação, fixados em três níveis distintos que se integram ou articulam: os atos locucionário, ilocucionário e perlocucionário. O primeiro diz respeito ao que é literalmente dito, o segundo ao que se pretende que o ouvinte/receptor reconheça, e o último ao efeito real. Na convergência do efeito perlocucionário com a intenção ilocucionária está o fato social, a verdade compartilhada. Essas concepções também podem ser aplicadas ao texto escrito ao se considerar que toda produção textual inerentemente tem uma intenção com relação ao conteúdo e ao receptor, intenção responsável por algumas escolhas na composição discursiva do texto.

Ao fim deste ciclo de conceitos está a tipificação, reconhecida como necessária para melhor coordenar os atos de fala no texto e facilitar a imbricação entre perlocucionário e ilocucionário. Ou seja, a partir da recorrência, do estabelecimento daquela construção textual e social, torna-se mais fácil atingir a

convergência entre o que se pretende que o ouvinte/receptor reconheça e o efeito real da mensagem transmitida. Desta tipificação, desta recorrência de formas, situações, estratégias e conteúdos, emergem as “formas de comunicação reconhecidas e autorreforçadas”, os gêneros (Bazerman, 2004, p. 29). É necessário, no entanto, reforçar que os gêneros não são apenas formas, mas sim enquadres para as ações sociais (Bazerman, 1997, p. 19).

Os gêneros não são vistos como mero aglomerado de traços linguísticos recorrentes. Esses traços, inclusive, não são permanentes, pois atendem às necessidades comunicativas dos indivíduos que, por sua vez, também são responsáveis, como receptores, pela construção de sentidos dos textos produzidos por outros. A partir das considerações supracitadas, chega-se à aceção de gênero como “fenômeno de reconhecimento psicossocial”:

Gêneros são tão somente os tipos que as pessoas reconhecem como sendo usados por elas próprias e pelos outros. Gêneros são o que nós acreditamos que eles sejam. Isto é, são fatos sociais sobre os tipos de atos de fala que as pessoas podem realizar e sobre os modos como elas os realizam. Gêneros emergem nos processos sociais em que pessoas tentam compreender umas às outras suficientemente bem para coordenar atividades e compartilhar significados com vistas a seus propósitos práticos.

Os gêneros tipificam muitas coisas além da forma textual. São parte do modo como os seres humanos dão forma às atividades sociais. (Bazerman, 2004, p. 31)

Nota-se a estreita relação entre a noção de gênero e seus usuários. A tipificação, a recorrência e a identificação desses gêneros são concebidas à luz da percepção dos usuários e da sua utilização do gênero. A partir da observação das recorrências, os usuários passam a identificá-las, enquadrá-las em um mesmo grupo e continuam a usar os mesmos traços recorrentes, realimentando a existência daquele gênero e dando vazão à dinamicidade quando necessário. Assim, o gênero para Bazerman também se alinha à percepção de Devitt (2004), que vê o gênero como espaço para reafirmação de padrões, mas que também possibilita as inovações, sendo ao mesmo tempo o propiciador e o limitador da criatividade individual (Devitt, 2004, p. 4), retomando, ainda, a noção de gênero estruturador de Miller.

A tipificação do gênero, vinculada às expectativas empiricamente geradas a partir do uso, é também responsável por sua consolidação. Todorov, ao discorrer sobre as origens dos gêneros discursivos, aproxima-se dessa noção de tipificação

ao tratar dos gêneros como algo institucionalizado socialmente, que funciona como um parâmetro de expectativas para os leitores e como modelo de escrita para os autores (Todorov e Berrong, 1976, p. 163).

A identificação por parte do usuário finda por depender também da cultura local, do grau de socialização do indivíduo, de seu nível de integração aos grupos sociais dos quais faz parte e do conhecimento compartilhado, tornando o gênero estreitamente atrelado não só ao usuário como também à cultura e à sociedade.

Da mesma maneira, são relevantes as redes de entrelaçamento entre gêneros e atividades propostas por Bazerman, sob três grupos crescentes, nos quais o último necessariamente abriga os dois primeiros: o conjunto de gêneros, o sistema de gêneros e o sistema de atividades (Bazerman, 2004, p. 32-34). Segundo o autor, o conjunto de gêneros é composto pelos tipos de textos que uma pessoa tende a produzir ao exercer determinado papel, ao assumir determinada identidade social. O sistema de gêneros abriga os conjuntos de gêneros reconhecidos, produzidos e utilizados por pessoas que trabalham juntas, que pertencem a uma mesma instituição e a relação entre esses conjuntos na dinamicidade do fluxo comunicativo entre esses usuários. Já o sistema de atividades envolve as atividades desenvolvidas rotineiramente por esse grupo de usuários socialmente organizado.

Bazerman, além de ser nome importante na abordagem sociorretórica dos estudos de gêneros, também realizou pesquisas relacionadas especificamente com a linguagem científica, com o gênero acadêmico e científico. Estas suas contribuições ficarão mais evidentes no próximo capítulo, sobre a relação entre linguagem e ciência, no qual haverá menção às suas ponderações sobre a linguagem científica e o gênero acadêmico e científico.

2.2. Resumo

Este capítulo teve como principal intento explicitar a linha teórica sobre gêneros discursivos à qual a presente pesquisa se filia. Apesar da maior influência de John Swales (inclusive pela utilização de seu modelo analítico-metodológico), as contribuições de Miller e Bazerman aqui brevemente descritas convergem e são

relevantes para compreender-se a filiação deste trabalho à abordagem sociorretórica.

Propósito comunicativo, comunidade discursiva, ação retórica tipificada e tipificação são noções essenciais para o entendimento do gênero discursivo sob a perspectiva sociorretórica, e serviram como base para o olhar analítico sobre o gênero relato de caso que nos propomos a fazer aqui, além de serem também fundamentais para melhor compreensão do modelo CARS.

Os três teóricos dirigem-se para um ponto comum: reúnem-se no que diz respeito à importância do contexto na constituição dos gêneros e ao entendimento do gênero como construto intrinsecamente social, reflexo e reflexão da linguagem em uso situado. Esta linha constituída pelo entrelaçamento dos fios condutores dos teóricos apresentados guiará esta pesquisa, tanto na análise dos dados como no contínuo metodológico exposto a seguir.

Justamente por alinharmos-nos às conceituações apresentadas neste capítulo, o seguinte tratará das relações entre linguagem e ciência, para que se compreenda o contexto no qual o gênero relato de caso emerge.